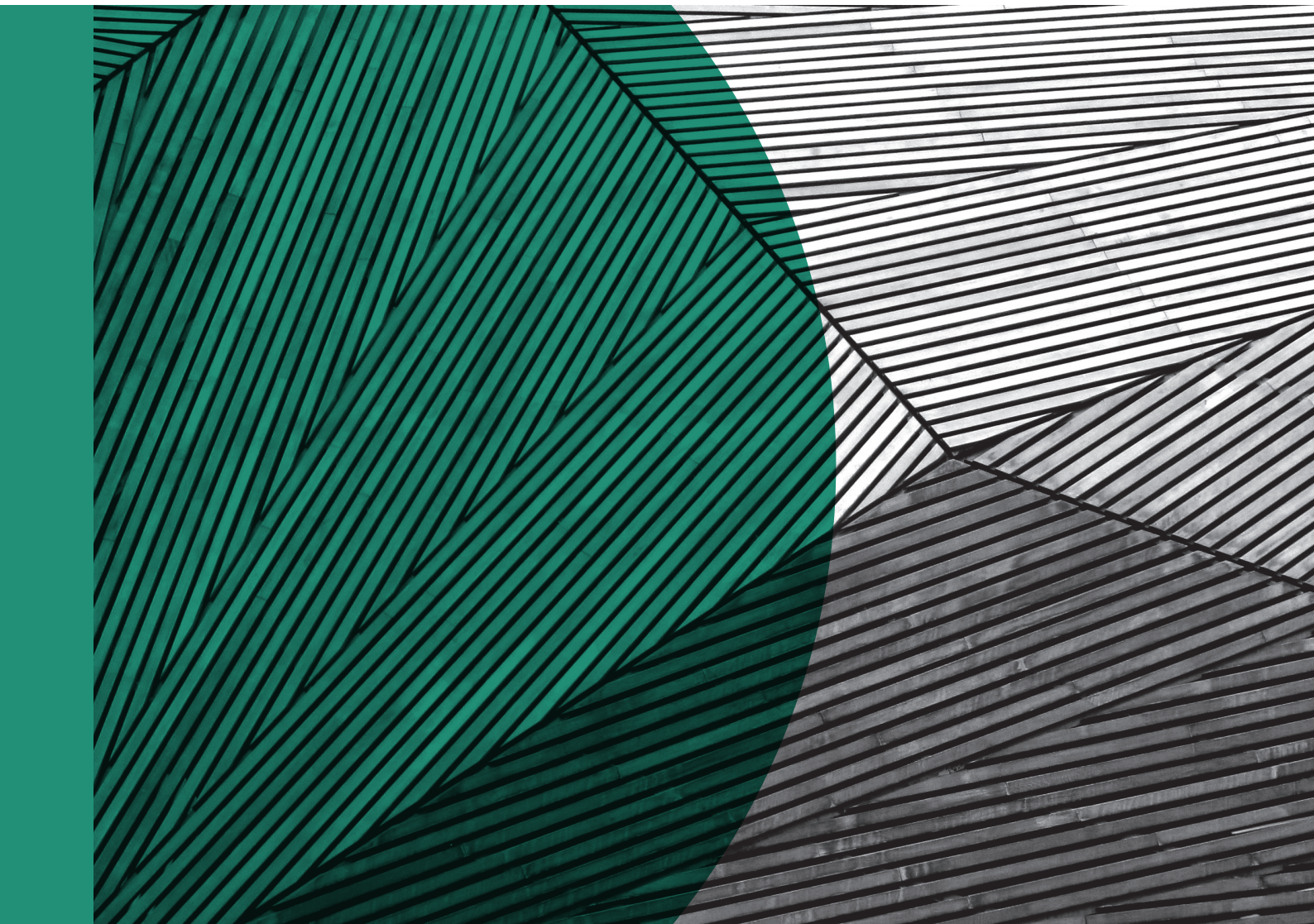

DUAS MENSAGENS AO PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR

JOSÉ M. ALEXANDRINO



DUAS MENSAGENS AO PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

De: José Melo Alexandrino

Data: 21 de abril de 2023, 13:21:24 GMT+1

Para: spinto@ps.parlamento.pt

Cc: gabpar@ar.parlamento.pt

Assunto: “Em Macau, Portugal deve estar do lado da liberdade”

Caro Dr. Sérgio Sousa Pinto,

Ilustre Presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros,

Não posso passar ao lado do artigo hoje assinado no jornal *Público* pelo Advogado Jorge Menezes, sobre um assunto sobre o qual não é a primeira vez que o interpelo, nesta sua condição de Presidente de uma Comissão Parlamentar (conforme e-mail de 16 de Abril de 2021, que abaixo reproduzo, com o respectivo anexo incluso*).

O artigo – cuja gravidade do tema dispensa comentários adicionais da minha parte – está disponível aqui: <https://www.publico.pt/2023/04/20/opiniao/opiniao/macau-portugal-estar-lado-liberdade-2046912> .

Como tenho uma audiência solicitada ao Senhor Presidente da Assembleia da República, desde meados de Dezembro passado, para tratar deste tipo de casos (particularmente graves) e de outros que envolvem o (bom) funcionamento do Parlamento, dou-lhe igualmente conta do presente e-mail, sobre o qual me parece ter o direito de receber uma resposta da instituição parlamentar.

Com os meus melhores cumprimentos,

José Melo Alexandrino

* É naturalmente aqui omitido o anexo em questão.

De: José Melo Alexandrino
Data: 16 de abril de 2021, 12:50:32 +0100 GMT+1
Para: spinto@ps.parlamento.pt
Cc: gabpar@ar.parlamento.pt

Assunto: Macau

Prezado Dr. Sérgio Sousa Pinto,

Como vai?

Venho ao seu contacto por ter tomado nota, na imprensa, da reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas havida a 6 de Abril e das declarações divulgadas na sequência da mesma.

O cumprimento da Lei Básica e da Declaração Conjunta em Macau, mais do que propriamente a liberdade de imprensa em Macau, é um assunto ao qual tenho dedicado muita atenção nos últimos meses, tendo por diversas vezes no último ano chamado a atenção dos jornais portugueses e do Ministério responsável para o significado de acontecimentos e do *processo de autocratização* em curso nessas duas Regiões Administrativas Especiais (suficientemente atestado em múltiplos relatórios internacionais).

Confesso que não apreciei as conclusões da referida reunião, porque neste último ano a corda começa a apertar-se *realmente também* sobre Macau, para não referir o relevo da circunstância de Portugal exercer neste momento a presidência do Conselho da União Europeia.

E porque não temos direito “aos nossos próprios factos”, entre outros que os meus amigos em Macau me têm feito chegar, dou-lhe nota privativamente do seguinte facto:

Foi editado, em português em 2013 e em chinês em 2015, um livro meu sobre o *Sistema de Direitos Fundamentais na Lei Básica da RAEM* (cujo pdf aproveito para lhe remeter*); o primeiro (e, que eu saiba, o único) livro no género em Macau; em Março do ano passado, foi-me pedida autorização para uma nova edição da obra, entretanto esgotada, autorização à reimpresão que eu concedi no próprio dia ou no dia seguinte; ora, apesar da minha resposta ter mais de um ano, até hoje, o silêncio da entidade que me fez o pedido foi absoluto.

* Como anteriormente anotado, o pdf em causa é aqui omitido.

É uma “prova indirecta”? É. Mas vale, porque a atenção, a diligência e o profissionalismo dessa Instituição nada têm a ver com os nossos padrões: uma semana de silêncio ou de atraso já seria incompreensível, e nunca ocorreu no passado.

O que se passou nos meses seguintes a Março de 2020 em Pequim e em Hong Kong é conhecido. Seria possível a imunização de Macau, quando as suas *fragilidades* democráticas sempre foram maiores?

Com os meus cumprimentos,

José Melo Alexandrino